

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E MERCADO DE TRABALHO: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E SUBSTANTIVAS

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é traçar o perfil do beneficiário do programa Bolsa Família em termos de sua situação no mercado de trabalho, explorando duas bases de dados, o Cadastro Único de 2008 e a PNAD de 2006, que possui um suplemento sobre o Bolsa Família.

Nosso interesse mais amplo é conhecer o impacto do programa sobre a situação do beneficiário no mercado de trabalho. Uma estratégia para observar esse impacto seria comparar as informações no Cadastro referentes a anos sucessivos. Outra estratégia seria comparar beneficiários com não beneficiários elegíveis e assim isolar diferenças que poderiam ser atribuídas ao programa. Nossa escolha inicial foi a primeira. Para tanto, precisávamos conhecer a qualidade das informações do Cadastro referentes à situação de mercado de trabalho. A exploração dessa base revelou uma série de limitações para responder nossa pergunta mais ampla, como a aparente sobredeclaração de desocupação e a não resposta à variável 'Ocupação'. Porém, algumas outras perguntas puderam ser respondidas com o auxílio dessa base, em particular, comparações entre beneficiários e não beneficiários, e é o que exploramos na seção 2. A comparação entre estes dois grupos deve ser vista com cautela, pois não há como atribuir com certeza as diferenças observadas ao PBF. Em particular, não foi possível esclarecer se uma inserção laboral mais precária dos beneficiários foi efeito (armadilha de desemprego e da pobreza) ou causa do PBF (neste caso, revelando sua boa focalização).

Para ampliar o significado de nossas observações no Cadastro, passamos a explorar na seção 3, a outra base de dados, a PNAD. Nosso objetivo inicial era tentar observar alterações significativas no universo dos beneficiários no mercado de trabalho ao longo do tempo. De novo, uma exploração da base revelou a inadequação da variável normalmente utilizada para a identificação de beneficiários na ausência do suplemento específico, a variável "juros, dividendos e outros rendimentos". Desistimos desse caminho e tomamos a direção de explorar o suplemento da PNAD de 2006 com os beneficiários do PBF. Nossa meta então se tornou simplesmente cotejar as informações do Cadastro com as do suplemento da PNAD, o que fazemos na seção 4, uma vez que renda, emprego, emprego formal e trabalho infantil informados no Cadastro estiveram sob forte suspeição de subdeclaração. De novo, com toda a cautela que o uso da PNAD deve inspirar (o que detalhamos na seção 3), fomos obrigadas a concluir que a subdeclaração no Cadastro foi significativa.

Em suma, não pudemos responder nossa questão mais ampla, mas encontramos resultados que podem ser úteis para pesquisas subseqüentes, especialmente de outros tentando trilhar os mesmos caminhos. São em parte resultados metodológicos (limites das bases) e em parte substantivos (perfis de beneficiários e não beneficiários). O trabalho enseja também uma reflexão sobre incentivos adversos, para subdeclaração ou mesmo para precariedade laboral, que podem emergir como resultados não pretendidos de programas sociais baseados em teste de meios.

2. O Cadastro Único

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda do país, sendo seus dados auto-declarados pelas famílias através do preenchimento de formulários. O processamento do cadastro é feito pelo Agente Operador do Cadastro Único (Caixa Econômica Federal - CEF), que é responsável por atribuir a cada pessoa da família cadastrada um número de identificação social (NIS) de caráter único, pessoal e intransferível. Segundo informações do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome¹, "devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa". No entanto, "famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados e municípios".

¹ Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastro_unico/o-que-e-1/. Último acesso em 23/05/2010.

Neste artigo, utilizaremos os microdados do Cadastro Único de 31/07/2008, cedidos pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc/MDS)², para comparar as características de mercado de trabalho dos beneficiários e não beneficiários, mas cadastrados, do programa Bolsa Família. Podemos observar que, do total de cadastrados (66,9 milhões de pessoas), 70,2% eram beneficiários do PBF no período. Considerando-se apenas os cadastrados em idade ativa (39,6 milhões de pessoas), por seu turno, esta proporção se reduz para 67,1%.

O primeiro problema encontrado ao utilizar esta base de dados para analisar características de mercado de trabalho de beneficiários e não beneficiários foi a baixa qualidade das informações relativas à ocupação do cadastrado. Para participar dos programas sociais é necessário que o requerente preencha três formulários: um formulário de identificação da pessoa, um de identificação do domicílio e da família e outro exclusivo para identificação de agricultor familiar. No primeiro formulário, uma parte contém informações sobre a Qualificação profissional do requerente: Situação no mercado de trabalho, nome da empresa em que trabalha ou da última empresa em que trabalhou, ocupação, remuneração do emprego, rendas de seguro-desemprego, aposentadoria/pensão, pensão alimentícia e outras rendas. No entanto, a variável Situação no mercado de trabalho é muito ampla, englobando desde Aposentado/pensionista, assalariados com e sem carteira, autônomos com e sem previdência até trabalhadores e empregadores rurais, além de uma categoria ‘Não trabalha’. Assim, ela trata ao mesmo tempo de ativos, inativos, desempregados, misturando atividades exclusivas da área rural com atividades mais gerais, como por exemplo, assalariados que podem trabalhar tanto no campo como na cidade. Além disso, a variável Ocupação não possui alternativas de marcação, ou seja, o próprio requerente deve escrever em que ocupação trabalha segundo a tabela ‘Código Brasileiro de Ocupações’ (CBO) disponível na CEF. Porém, seu preenchimento por parte do requerente não é obrigatório³. Portanto, quanto a informações de mercado de trabalho o formulário não é satisfatório.

Esse problema pode ter sido em parte responsável pelo alto valor encontrado para a variável “Não trabalha”. Observa-se que a proporção de pessoas cadastradas em idade ativa (entre 16 e 65 anos) que declararam não trabalhar foi de 56%, sendo um pouco superior no caso dos beneficiários em idade ativa (58,2%), relativamente aos não beneficiários (51,5%). Não podemos, contudo, ter certeza, com base exclusivamente no Cadastro, se o elevado índice reflete uma pergunta mal formulada, o temor de não ser elegível ou ainda uma eventual armadilha do desemprego.

Com a variável ‘Ocupação’, o problema é ainda mais grave: 94,5% dos cadastrados em idade ativa não responderam esta pergunta, sendo esta proporção de 94,7% entre os beneficiários e de 94,1% entre os não beneficiários. Aqui cabe observar a dificuldade de preenchimento aliada à não obrigatoriedade de resposta.

A tabela 1 resume as informações sobre condição no mercado de trabalho de beneficiários e não beneficiários em idade ativa:

Tabela 1: Distribuição dos cadastrados em idade ativa* segundo condição no mercado de trabalho - 2008

Condição no mercado de trabalho	Cadastro	Beneficiários	Não-beneficiários	Cadastro	Beneficiários	Não-beneficiários
Não trabalha	56,0%	58,2%	51,5%	-	-	-
Trabalhador rural	13,1%	14,6%	9,9%	44,1%	51,4%	30,8%
Outro	11,0%	11,1%	10,8%	-	-	-
Autônomo s/ previdência	7,8%	7,7%	8,2%	26,5%	26,9%	25,6%
Assalariado s/ carteira	4,4%	3,4%	6,4%	14,9%	12,1%	19,9%
Assalariado c/ carteira	4,1%	2,5%	7,2%	13,7%	8,9%	22,5%
Aposentado/Pensionista	2,7%	1,6%	5,1%	-	-	-
Campo não informado	0,7%	0,7%	0,6%	-	-	-
Autônomo c/ previdência	0,2%	0,1%	0,3%	0,6%	0,4%	0,9%
Empregador	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%
Empregador rural	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%

² Os autores agradecem à Senarc pela disponibilização dos dados do Cadastro Único de 2008.

³ Para mais detalhes ver: Manual de Preenchimento de Formulários – V 6.0.4 da CEF (2007). Disponível em: http://downloads.caixa.gov.br/arquivos/cidades/cadun_manuais/MANUAL_PREENCHIMENTO_FORMULARIOS_CADUNICO_V604_26022007.pdf. Último acesso: 19/06/2010.

Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
-------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

* Idade ativa = 16 a 65 anos.

Fonte: CadÚnico - 31/07/2008.

De um modo geral, quando se consideram apenas os cadastrados ativos no mercado de trabalho (exclusive 'Não trabalha', 'Aposentado/Pensionista', 'Outro' e 'Não informado'), observa-se que 44,1% são trabalhadores rurais, 41,4% são trabalhadores informais (autônomo sem previdência e assalariado sem carteira) e 13,7% são assalariados com registro em carteira. A comparação entre beneficiários ativos e não beneficiários mostra que, entre aqueles, é maior a proporção de trabalhadores rurais (20,6 pontos percentuais superior) e menor a proporção de assalariados, sobretudo com registro em carteira (13,6 pontos percentuais inferior).

Com toda a cautela que a base de dados inspira, observa-se, em síntese, maior ênfase entre os cadastrados nos que não trabalham (56%), no trabalhador rural (44% dos ativos) e nos informais (41%), sendo que entre os beneficiários essas proporções são maiores (58% não trabalham, 51% dos ativos são trabalhadores rurais), com exceção da informalidade que é um pouco menor (39%), porém o registro em carteira dos beneficiários é substancialmente menor (9% contra 22% dos ativos). Na melhor das hipóteses isso indicaria focalização "correta" em critérios como não trabalha, trabalho rural e sem carteira, que foram as maiores diferenças observadas entre beneficiários e não beneficiários. Porém não há como afastar hipóteses preocupantes como subdeclaração de trabalho e armadilha da precariedade por parte do beneficiário (e do cadastrado em geral), por temer não ser elegível ao programa.

Quanto ao perfil de renda dos cadastrados, beneficiários e não beneficiários, tem-se que 89,5% dos beneficiários em idade ativa têm renda familiar per capita de até R\$ 60,00, estando, portanto, dentro da faixa dos extremamente pobres, enquanto esta proporção é inferior entre os não beneficiários do programa (64,5%), mas ainda muito significativa. A faixa subsequente, que configura a linha de pobreza, possui maior proporção de não beneficiários (22,0%) em comparação aos beneficiários (10,4%).

Adicionalmente, calculamos a renda familiar per capita média dos beneficiários em idade ativa (Cadastro 2008) em R\$25,29 e dos não beneficiários em idade ativa em R\$145,31.

Mesmo não havendo como excluir nesse momento a hipótese de subdeclaração de renda no Cadastro de um modo geral, uma possível interpretação para a maior concentração dos beneficiários na faixa até 120 reais, e a presença de muitos pobres e extremamente pobres entre os não beneficiários, é que apesar de ter uma boa focalização nos muito pobres, o PBF ainda apresenta falhas no processo de seleção. Aqui preocupa a não transparência do processo de seleção que declaradamente priorizaria os extremamente pobres.

Tabela 2: Síntese mercado de trabalho e renda média: pobres em idade ativa 2008

	Cadastrado	Beneficiário	Não beneficiário
Não trabalha	56%	58%	51%
Empregado formal	14%	9%	22%
Trabalhador rural	44%	51%	31%
Renda Média (em R\$)	65,40	25,29	145,31
Concentração até R\$120	95,5%	99,5%	96,5%
Concentração até R\$60	81%	89,5%	69,5%

Fonte: Cadastro Único – 31/07/2008.

Em síntese, na leitura e análise dos dados do Cadastro, há duas informações que é preciso atentar: a primeira é o efeito "framing", isto é, o mero responder a perguntas do Cadastro acabaria por induzir respostas "certas"; o segundo é o efeito "seleção", decorrente dos critérios utilizados para escolher os beneficiários. Enquanto o primeiro indicaria subdeclaração de renda e sobredeclaração de desocupação, o segundo indicaria decisões (os procedimentos de seleção) corretas, como o foco nos que estão em situação mais precária, que, em todo caso precisariam ser conhecidas para que pudessem ser publicamente escrutinadas.

Com todas as precauções necessárias, exploramos um pouco mais o Cadastro, para conhecer e, sobretudo, comparar os perfis de beneficiários e não beneficiários em idade ativa em termos de características adscritivas como sexo, idade e cor, e outras, como escolarização e localização. Supusemos que esses perfis seriam comparáveis (por estarem sujeitos aos mesmos vieses), mas quanto aos valores absolutos

assumidos pelas variáveis não pudemos fazer afirmações peremptórias sem antes checar com os dados do suplemento da PNAD, o que faremos na seção 3.

2.1. Sexo e idade

A tabela 3 traz a distribuição dos beneficiários em idade ativa, conforme a Condição no mercado de trabalho, sexo e idade. Nela pode-se observar que, entre as mulheres em idade ativa, 64,5% declararam não trabalhar, proporção esta superior à dos homens. Já entre os homens, 20,9% são trabalhadores rurais, enquanto apenas 9,8% das mulheres estão nesta condição no mercado de trabalho (porém esta é a ocupação mais freqüente também entre as mulheres).

As mulheres representam 56,6% dos beneficiários em idade ativa. Dentre estes beneficiários que não trabalham, elas estão sobrerrepresentadas, respondendo por 62,8%. Entre os beneficiários em idade ativa que trabalham no campo, por seu turno, ocorre o inverso, ou seja, 62% são do sexo masculino. Os homens estão sobrerrepresentados no assalariamento com carteira, enquanto as mulheres, no sem carteira.

Tabela 3: Distribuição dos beneficiários do PBF, em idade ativa*, segundo Condição no mercado de trabalho, Sexo e Faixa etária – 2008

Condição no mercado de trabalho	Sexo		Faixa etária					
	Feminino	Masculino	15-19	20-24	25-29	30-44	45-59	60-65
Campo não informado	0,7%	0,7%	0,5%	0,4%	0,5%	0,9%	0,9%	0,8%
Empregador	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Assalariado c/ carteira	1,7%	3,7%	0,1%	0,7%	2,2%	4,4%	3,1%	1,4%
Assalariado s/ carteira	3,1%	3,9%	0,2%	1,2%	3,3%	5,6%	4,4%	2,6%
Autônomo c/ previdência	0,1%	0,2%	0,0%	0,0%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%
Autônomo s/ previdência	6,9%	8,6%	0,4%	3,3%	8,2%	11,7%	10,3%	7,6%
Aposentado/Pensionista	1,9%	1,2%	0,2%	0,4%	0,6%	1,3%	3,7%	14,0%
Trabalhador rural	9,8%	20,9%	0,9%	7,2%	15,6%	18,7%	25,2%	22,7%
Empregador rural	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
Não trabalha	64,5%	50,0%	96,8%	80,4%	55,5%	41,4%	37,9%	38,9%
Outro	11,3%	10,9%	0,9%	6,3%	13,9%	15,8%	14,1%	11,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

* Idade ativa = 16 a 65 anos.

Fonte: Cadastro Único – 31/07/2008.

De acordo com a tabela 4, entre os não beneficiários em idade ativa ocorre o mesmo que entre os beneficiários desta faixa etária, isto é, a proporção de mulheres que declarou não trabalhar é superior à proporção de homens e a proporção de homens no trabalho rural supera à de mulheres.

Cabe enfatizar a maior proporção de assalariados entre os não beneficiários relativamente aos beneficiários, como visto na tabela 1. A partir disto, observa-se, na tabela 4, que há diferenças de sexo entre os assalariados. Como entre os beneficiários, enquanto entre os assalariados com registro em carteira a maioria é do sexo masculino (58,3%), entre os assalariados sem carteira assinada a maioria é do sexo feminino (52,5%). Além disso, entre as mulheres, 11,4% são assalariados formais e informais, enquanto entre os homens esta proporção é de 16,3%.

Em síntese a mulher beneficiária em idade ativa está mais desocupada, é menos assalariada e tem menos registro em carteira, apesar de estar menos concentrada no trabalho rural, na comparação com os homens.

Tabela 4: Distribuição dos não beneficiários do PBF, em idade ativa*, segundo Posição na ocupação, Sexo e Faixa etária – 2008

Posição na ocupação	Sexo		Faixa etária					
	Feminino	Masculino	15-19	20-24	25-29	30-44	45-59	60-65
Campo não informado	0,6%	0,6%	0,7%	0,5%	0,3%	0,6%	0,8%	0,9%
Empregador	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Assalariado c/ carteira	5,4%	9,5%	0,6%	3,4%	7,4%	12,1%	8,6%	2,7%
Assalariado s/ carteira	6,0%	6,8%	0,6%	3,3%	6,7%	9,8%	8,1%	3,6%
Autônomo c/ previdência	0,2%	0,4%	0,0%	0,1%	0,2%	0,4%	0,5%	0,3%
Autônomo s/ previdência	6,8%	10,0%	0,8%	4,2%	8,4%	12,2%	11,1%	6,1%
Aposentado/Pensionista	6,3%	3,6%	0,5%	0,7%	1,1%	2,4%	10,6%	39,6%
Trabalhador rural	5,9%	14,9%	1,8%	8,4%	12,4%	10,8%	13,3%	11,4%

Empregador rural	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%
Não trabalha	58,2%	43,0%	93,0%	70,9%	49,8%	37,2%	34,5%	27,7%
Outro	10,4%	11,2%	2,0%	8,4%	13,5%	14,4%	12,3%	7,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

* Idade ativa = 16 a 65 anos.

Fonte: Cadastro Único – 31/07/2008.

Analisando a variável faixa etária dos beneficiários (tabela 3), pode-se ver que a maioria dos jovens entre 15 e 29 anos declararam não trabalhar, sobretudo os jovens entre 15 e 24 anos. Entre os jovens, a escolaridade com maior frequência relativa é o fundamental incompleto (40%); a crer nas informações do Cadastro, é razoável supor que pelo menos entre os jovens na faixa entre 25 e 29 anos, na qual cerca de 30% têm esse nível de escolaridade, uma boa parte não trabalhe (55%) nem estude. Entre 30 e 59 anos, por sua vez, são significativas as proporções de trabalhadores rurais e autônomos sem previdência. Dentre os que não trabalham, a proporção torna-se decrescente com o aumento da idade, havendo uma inflexão na faixa entre 30 e 44 anos, em que estão um quarto dos que declararam não trabalhar. Portanto, há aqueles que não trabalham por estarem estudando (jovens) ou por dificuldade de conseguir o primeiro emprego, que representam 31% dos sem trabalho (a maior frequência relativa), mas também é significativa a proporção daqueles que não trabalham mesmo estando na idade em que já deveriam ser ativos no mercado de trabalho (adultos de 30 a 44 anos).

Em relação aos trabalhadores rurais beneficiários do programa, sua proporção em geral aumenta com a idade, sendo a faixa etária de 30 a 44 anos a que mais concentra esta ocupação (46,3%).

Em síntese, há uma maior concentração de jovens entre os beneficiários que não trabalham (mais de 60%), sendo que boa parte desses provavelmente também não estudam. O trabalho rural concentra os beneficiários adultos, entretanto um quarto destes também não trabalham.

Assim como os beneficiários, também os não beneficiários do PBF com idade ativa que não trabalham (tabela 4) são, em sua maioria, jovens, de 15 a 24 anos de idade, sendo esta proporção decrescente com a idade. Uma boa parte destes também tem apenas o fundamental incompleto mesmo na faixa de 25 a 29 anos (cerca de 27%), sendo essa também a escolaridade mais frequente (37,5%), ainda que a situação seja um pouco melhor que a dos beneficiários. Entre 25 e 59 anos, por seu turno, é importante a proporção de assalariados (formais e informais) entre os não beneficiários, sobretudo na faixa entre 30 e 44 anos, em que 21,9% estão nesta condição no mercado de trabalho. Do total de empregados formais, 51,4% e 23,9% têm entre 30 e 44 e entre 45 e 59 anos, respectivamente. Já a proporção de empregados sem registro em carteira nestas faixas é de 47,4% e 25,8%. Portanto, são os adultos que mais se inserem no mercado de trabalho como assalariados, independente de terem ou não registro em carteira.

Conclui-se, assim, que entre as mulheres é superior a proporção daquelas que não trabalham, relativamente aos homens, sendo esta proporção maior entre os beneficiários. No entanto, a proporção de trabalhadores rurais é maior entre os homens, sobretudo entre os beneficiários. Quanto à faixa etária, o que se observa é um decréscimo com a idade da proporção dos que declaram não trabalhar, tanto entre beneficiários quanto entre não beneficiários, sendo que os que não trabalham estão fortemente concentrados na juventude. E essas condições que seriam verdadeiras para todos os cadastrados são mais intensas entre os beneficiários.

Tabela 5: Síntese mercado de trabalho: sexo e faixa etária 2008

	Homem	Homem	Mulher	Mulher	Jovem	Jovem	Adulto	Adulto
	B.	Ñ B.	B.	ÑB.	20-29		30-59	
	B.	Ñ B.	B.	ÑB.	B.	ÑB.	B.	ÑB.
Não trabalha	37,2%	36,9%	62,8%	63,1%	30,8%	35,8%	36,9%	35,6%
Trab. rural	62,0%	66,5%	38,0%	33,5%	19,8%	31,1%	75,8%	60,7%
C/ carteira	62,7%	58,3%	37,3%	41,7%	14,7%	21,7%	83,3%	75,4%

Fonte: Cadastro Único – 31/07/2008.

2.2. Escolaridade e localidade (rural vs urbano)⁴

⁴ Tabulações podem ser obtidas com os autores. Por razões de espaço não foram incluídas.

Em relação à localidade, a maioria dos beneficiários e não beneficiários em idade ativa vivem na área urbana, sendo que esta proporção é maior entre os não beneficiários (três quartos em comparação com dois terços).

Contudo, quando são considerados os cadastrados em idade ativa por tipo de localidade, tem-se que 64,7% dos cadastrados que vivem na cidade são beneficiários, enquanto 72,8% dos cadastrados que vivem na área rural recebem o benefício. Assim, dada a melhor cobertura na área rural, a maior proporção de beneficiários vivendo na área urbana se deve ao fato de haver uma proporção significativa de pessoas da cidade no Cadastro Único (69,3% das pessoas em idade ativa), e não a uma priorização deste público no processo de seleção. Ao contrário, poderia se supor uma ênfase na área rural.

Agora vamos observar essa clivagem em interação com a situação no mercado de trabalho. Considerando-se apenas os beneficiários que vivem na cidade, tem-se que 60,4% não trabalham e 10,3% são trabalhadores autônomos sem previdência social. Já dos beneficiários que vivem no meio rural, a proporção dos que não trabalham é um pouco menor (53,9%), sendo superior à proporção de trabalhadores rurais (31,9%), como é de se esperar. A intensidade da desocupação é maior na cidade; na zona urbana, a condição precária no mercado de trabalho é sinalizada pela concentração nos autônomos sem previdência e na área rural, no trabalho agrícola.

Analisando os não cobertos pelo programa Bolsa Família, observa-se que 52,7% dos que vivem na cidade declaram não trabalhar, 15,8% são assalariados com e sem registro em carteira e 10% são trabalhadores autônomos sem previdência. Dos não beneficiários que vivem no campo, por seu turno, 48,1% não trabalham, 27,2% são trabalhadores rurais e 6,7% são aposentados/pensionistas. Portanto, também para os não beneficiários a proporção dos que não trabalham é elevada, sendo menor na área rural que na urbana, no entanto todas essas proporções são inferiores às observadas entre os beneficiários. Outra diferença importante é a maior presença de registro em carteira, ainda que também prevaleça o trabalho autônomo sem previdência.

Em relação à escolaridade, tanto para beneficiários quanto para não beneficiários as proporções se concentram na faixa dos ciclos Básico e Fundamental incompletos. É, contudo, significativa a proporção de analfabetos (12,6% entre os beneficiários, 10,7% entre os não beneficiários). Adicionalmente, enquanto 78,5% dos beneficiários não conseguiram completar o Ensino Fundamental, 71,0% dos não beneficiários não completaram este ciclo. Em consequência, a proporção de não beneficiários com Ensino Médio completo é notavelmente superior à encontrada entre os que recebem o benefício (11,8% e 7,3%, respectivamente). A partir disto, pode-se afirmar que a seleção dos beneficiários tem incidido relativamente sobre as pessoas mais vulneráveis quanto à escolaridade.

Analisando os dados de escolaridade para os beneficiários em idade ativa segundo a condição no mercado de trabalho, tem-se que as ocupações com maior proporção de analfabetos são Aposentados/pensionistas, empregadores rurais e trabalhadores rurais. No entanto, a faixa de escolaridade 'Básico incompleto' é a que mais concentra estas ocupações (42,7% dos trabalhadores rurais, 38,8% dos empregadores rurais e 36,7% dos aposentados/pensionistas). Entre os trabalhadores autônomos, os assalariados e os empregadores, é significativa a proporção daqueles que não completaram o Ensino Básico ou o Ensino Fundamental. Entre aqueles que declararam não trabalhar, por seu turno, 34,6% não completaram o Fundamental, 24,3% não completaram o Básico, mas 15% já chegaram ao Ensino Médio, porém sem completá-lo. Entretanto, 78,4% dos beneficiários em idade ativa com Médio incompleto declararam não trabalhar. Entre os beneficiários com Fundamental incompleto, por outro lado, 69,0% não trabalham.

Em relação aos não cobertos pelo programa Bolsa Família, as maiores proporções de analfabetos ocorrem entre os Aposentados/pensionistas, empregadores rurais e trabalhadores rurais, como entre os beneficiários. No entanto, entre os assalariados e autônomos não beneficiários, destaca-se o fato de haver maior proporção de pessoas com Ensino médio completo, relativamente aos assalariados e autônomos cobertos pelo PBF, ainda que as faixas 'Fundamental incompleto' e 'Básico incompleto' tenham proporções significativas.

Tabela 6: Síntese mercado de trabalho: localidade e escolaridade 2008

	Rural	Rural	Urbano	Urbano	Analf.	Analf.	Fund.I.	Fund.I.
	Ben.	ÑB.	Ben.	ÑB.	B.	ÑB.	B.	ÑB.
Não trabalha	30,8%	23,7%	69,2%	76,3%	9,2%	8,5%	34,6%	33,4%

Aut. s/ Prev.	10,2%	9,4%	89,8%	90,6%	9,3%	7,6%	30,4%	29,6%
Apos./Pens.	28,7%	33,2%	71,3%	66,8%	28,2%	33,3%	15,8%	11,2%
Trab. rural	72,5%	69,9%	27,5%	30,1%	26,6%	19,8%	13,6%	18,8%

Fonte: Cadastro Único – 31/07/2008.

Portanto, quanto à localidade o que se observa é uma maior cobertura na área rural e uma maior proporção daqueles que vivem na área rural entre os beneficiários na comparação com os não beneficiários (embora a maior parte deles, beneficiários e não beneficiários, viva no meio urbano). Quanto ao desemprego, a desocupação urbana é mais intensa, e é maior entre os beneficiários. Quanto à ocupação, no urbano prevalecem os autônomos sem previdência, no rural os trabalhadores rurais, o que é verdadeiro para os dois grupos de beneficiários e não beneficiários, sendo que a concentração nessas duas ocupações é mais suave entre os não beneficiários. Em relação à escolaridade, por sua vez, vê-se que grande parte tanto de beneficiários quanto não beneficiários sequer completou o Ensino Fundamental. Destaca-se ainda a maior concentração de analfabetos entre os aposentados e trabalhadores rurais, e de fundamental incompleto entre os assalariados sejam formais ou informais. Deve-se mencionar ainda a maior proporção de pessoas que completaram o Ensino Médio entre os não cobertos pelo programa.

2.3. Cor e região do país

A tabela 7 mostra a distribuição dos beneficiários do programa com idade ativa de acordo com a cor e a região geográfica onde vivem. Em relação à cor dos beneficiários em idade ativa, tem-se que a maioria é negra (61,7% são pardos e 9,3% são pretos) e 28,0% são brancos. A proporção de negros é maior entre os trabalhadores rurais (75,2%) e menor entre os autônomos com previdência social (58,2%), que é a condição no mercado de trabalho com maior proporção de brancos (41,2%), seguida pelos assalariados com carteira (38,7%).

Tabela 7: Distribuição dos beneficiários do PBF, em idade ativa*, segundo Condição no mercado de trabalho, Cor e Região - 2008

Condição no mercado de trabalho	Cor/etnia				Região					
	Branca	Negra	Amarela	Indígena	Norte	NE	SE	Sul	CO	Total
Campo não informado	29,4%	69,6%	0,5%	0,5%	6,3%	54,4%	25,3%	8,4%	5,7%	100,0%
Empregador	30,0%	69,0%	0,5%	0,5%	12,9%	46,9%	22,6%	8,9%	8,7%	100,0%
Assalariado c/ carteira	38,7%	60,8%	0,3%	0,2%	3,3%	27,8%	46,4%	16,4%	6,1%	100,0%
Assalariado s/ carteira	34,9%	64,2%	0,4%	0,5%	10,5%	32,3%	33,4%	12,0%	11,9%	100,0%
Autônomo c/ previdência	41,2%	58,2%	0,3%	0,3%	9,3%	20,9%	47,6%	17,1%	5,1%	100,0%
Autônomo s/ previdência	31,9%	67,4%	0,3%	0,4%	10,4%	34,4%	32,5%	14,6%	8,1%	100,0%
Aposentado/Pensionista	31,6%	67,6%	0,4%	0,5%	6,3%	45,7%	31,6%	12,0%	4,3%	100,0%
Trabalhador rural	23,4%	75,2%	0,5%	0,9%	8,0%	73,7%	10,8%	5,9%	1,6%	100,0%
Empregador rural	26,9%	71,9%	0,6%	0,7%	12,9%	56,9%	15,3%	8,6%	6,3%	100,0%
Não trabalha	28,2%	70,8%	0,3%	0,6%	10,4%	50,3%	26,2%	8,3%	4,8%	100,0%
Outro	25,3%	73,8%	0,3%	0,6%	11,0%	52,4%	26,4%	6,3%	3,9%	100,0%
Total	28,0%	71,0%	0,4%	0,6%	9,9%	51,5%	25,3%	8,6%	4,8%	100,0%

* Idade ativa = 16 a 65 anos

Fonte: Cadastro Único - 31/07/2008.

Quanto à região geográfica, pouco mais da metade dos beneficiários vivem no Nordeste e um quarto vivem no Sudeste. No entanto, segundo a condição no mercado de trabalho há diferenças regionais. Enquanto as ocupações rurais se concentram mais no Nordeste, as ocupações urbanas se concentram nas regiões Sudeste e Sul. Assim, 73,7% dos trabalhadores rurais vivem no NE e apenas 16,7% vivem ou no SE ou no Sul do país. No caso dos trabalhadores autônomos com previdência ocorre o inverso: 64,8% vivem nas regiões SE e Sul (sobretudo na primeira) e 20,9% vivem no NE. Entre os assalariados com carteira assinada, 62,8% vivem no SE e no Sul e 27,8% vivem na região NE.

A tabela 8 mostra a distribuição dos não cobertos pelo programa Bolsa Família com idade entre 16 e 65 anos, conforme a condição no mercado de trabalho por cor/etnia e região.

Tabela 8: Distribuição dos não beneficiários do PBF, em idade ativa*, segundo Condição no mercado de trabalho, Cor e Região - 2008

Condição no mercado de trabalho	Cor				Região					
	Branca	Negra	Amarela	Indígena	Norte	NE	SE	Sul	CO	Total
Campo não informado	41,6%	57,7%	0,4%	0,2%	4,1%	43,6%	30,4%	14,4%	7,4%	100,0%
Empregador	48,0%	51,4%	0,4%	0,2%	7,8%	29,0%	27,5%	26,6%	9,1%	100,0%
Assalariado c/ carteira	48,2%	51,4%	0,2%	0,1%	2,0%	19,1%	45,8%	26,0%	7,2%	100,0%
Assalariado s/ carteira	41,0%	58,4%	0,3%	0,2%	7,9%	28,1%	35,2%	16,5%	12,3%	100,0%
Autônomo c/ previdência	57,2%	42,4%	0,3%	0,2%	4,8%	13,0%	42,6%	34,5%	5,1%	100,0%
Autônomo s/ previdência	40,7%	58,9%	0,3%	0,2%	6,8%	24,5%	32,8%	23,0%	12,9%	100,0%
Aposentado/Pensionista	37,2%	62,2%	0,3%	0,3%	4,9%	46,5%	27,8%	16,0%	4,9%	100,0%
Trabalhador rural	30,3%	69,0%	0,4%	0,3%	8,2%	59,9%	16,3%	13,0%	2,5%	100,0%
Empregador rural	37,8%	61,5%	0,5%	0,2%	8,6%	44,8%	23,0%	16,2%	7,4%	100,0%
Não trabalha	37,0%	62,4%	0,3%	0,2%	7,5%	36,7%	32,8%	15,1%	8,0%	100,0%
Outro	30,5%	69,0%	0,3%	0,2%	10,0%	42,2%	32,0%	10,2%	5,6%	100,0%
Total	37,1%	62,4%	0,3%	0,2%	7,2%	37,3%	31,9%	16,0%	7,6%	100,0%

* Idade ativa = 16 a 65 anos

Fonte: Cadastro Único - 31/07/2008.

Como entre os beneficiários, a maioria dos não beneficiários em idade ativa é negra (62,4%), porém a proporção de brancos é superior à encontrada para os beneficiários (37,1%). Assim como entre os beneficiários, a maior proporção de negros (pretos e pardos) ocorre entre os trabalhadores rurais (69,0%), sendo este percentual mais baixo do que entre os beneficiários, e a menor ocorre entre os trabalhadores autônomos com previdência (42,4%), em que 57,2% são brancos, um percentual ligeiramente superior ao observado entre os beneficiários. Quanto à região geográfica, a diferença de proporção de não beneficiários entre NE e SE é bem menor que a encontrada para os beneficiários (5,4 pontos percentuais apenas), sendo que 37,3% dos não cobertos vivem na região NE.

Considerando a condição na ocupação, a mesma diferenciação entre NE e SE/Sul ocorre entre os não beneficiários, entretanto aumenta o peso da região Sul na comparação com os beneficiários. Entre os não beneficiários autônomos com previdência, 42,6% vivem na região SE e 34,5% vivem na região Sul. Já entre os assalariados com carteira, 45,8% vivem na região SE e 26,0% no Sul. Destaca-se a condição 'Empregador' em que, entre beneficiários, 46,9% vivem no NE e apenas 8,9% vivem no Sul, enquanto, entre os não beneficiários, a proporção dos que vivem no NE cai para 29,0% e a proporção do Sul sobe para 26,6%.

Conclui-se, assim, que a proporção de negros é maior entre os beneficiários do PBF relativamente aos não beneficiários. Os negros são mais de 70% dos beneficiários em idade ativa que não trabalham (também são maioria entre os não beneficiários que não trabalham, mas em menor proporção) e são 75% dos trabalhadores rurais (também são maioria entre os trabalhadores rurais não beneficiários, mas em proporção inferior). Quanto à região, os beneficiários se concentram nas regiões Nordeste e Norte, enquanto entre os não beneficiários é maior a proporção de pessoas que vivem no Sudeste e no Sul do país. As regiões Sudeste (especialmente) e Sul concentram os beneficiários autônomos com previdência e os assalariados com carteira, enquanto o Nordeste (especialmente) e o Norte concentram os trabalhadores rurais. A mesma diferenciação em relação a Nordeste/Norte e Sudeste/Sul ocorre entre os não beneficiários (o peso da região Sul é entretanto maior), em que as ocupações rurais são mais frequentes no primeiro (um pouco menos que entre os beneficiários) e as urbanas, no segundo grupo (mais intensamente que entre os beneficiários). Destaca-se a condição de empregador para os não beneficiários, em que NE e Sul quase se igualam, em contraste com os beneficiários empregadores que claramente se concentram na região Nordeste.

Tabela 9: Síntese mercado de trabalho: cor e região 2008

	Negros	Negros	Branco	Branco	N/NE	N/NE	S/SE	S/SE
	Ben.	ÑB.	Ben.	ÑB.	B.	ÑB.	B.	ÑB.
Não trabalha	70,8%	62,4%	28,2%	37,0%	60,7%	44,1%	34,5%	47,9%
Trab. Rural	75,2%	69,0%	23,4%	30,3%	81,7%	68,1%	16,7%	29,3%
Ass. c/ cart.	60,8%	51,4%	38,7%	48,2%	31,1%	21,1%	62,8%	71,7%
Empregador	69,0%	51,4%	30,0%	48,0%	59,8%	36,8%	31,5%	54,1%
Aut. c/ Prev.	58,2%	42,4%	41,2%	57,2%	30,1%	17,8%	64,8%	77,1%

Fonte: Cadastro Único – 31/07/2008.

2.4. Trabalho Infantil

A tabela 10 mostra a distribuição dos cadastrados menores de 16 anos conforme sua condição no mercado de trabalho. Nela podemos ver que 99,5% das crianças do CadÚnico declararam não trabalhar. A diferença entre beneficiários e não beneficiários é ínfima e nos leva a concluir que quase a totalidade das crianças de até 15 anos de idade não trabalhava no período, independente de serem ou não beneficiárias do programa Bolsa Família. No entanto, deve-se ter claro que as informações do CadÚnico são declaradas pelos requerentes ao benefício do Bolsa Família, podendo a resposta ser tendenciosa.

Tabela 10: Distribuição dos cadastrados menores de 16 anos, segundo Condição no mercado de trabalho - 2008

Condição no mercado de trabalho	Beneficiários	Não beneficiários	Cadastrados
Campo não informado	0,1%	0,1%	0,1%
Empregador	0,0%	0,0%	0,0%
Assalariado c/ carteira	0,0%	0,0%	0,0%
Assalariado s/ carteira	0,0%	0,0%	0,0%
Autônomo c/ previdência	0,0%	0,0%	0,0%
Autônomo s/ previdência	0,0%	0,0%	0,0%
Aposentado/Pensionista	0,1%	0,3%	0,2%
Trabalhador rural	0,1%	0,1%	0,1%
Empregador rural	0,0%	0,0%	0,0%
Não trabalha	99,6%	99,3%	99,5%
Outro	0,1%	0,2%	0,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Cadastro Único - 31/07/2008.

* * *

O quadro abaixo sintetiza as informações gerais dos cadastrados em idade ativa quanto a sexo, idade, cor, escolaridade, região, localidade, desemprego, emprego formal, renda e trabalho infantil.

Quadro 1:

Variáveis	Beneficiários	Não beneficiários
Sexo	56,6% são mulheres	55,8% são mulheres
Idade	26,1% têm entre 20 e 29 anos	30,0% têm entre 20 e 29 anos
Cor	71% são negras	62,4% são negras
Escolaridade	78,5% não conseguiram completar o Ensino Fundamental	71,0% não conseguiram completar o Ensino Fundamental
Região	51,5% vivem no NE	37,3% vivem no NE
Localidade	66,7% vivem na cidade	74,6% vivem na cidade
Condição no mercado de trabalho	58,2% não trabalham	51,5% não trabalham
Emprego formal	9,3%	23,4%
Renda familiar per capita média	R\$25,29	R\$ 145,31
Trabalho infantil	0,4%	0,7%

Fonte: Cadastro Único – 31/07/2008.

Observamos que a concentração de beneficiários em idade ativa em mulheres, negros, pessoas de baixa escolaridade, residentes na região Nordeste e moradores da zona rural reflete corretamente a maior vulnerabilidade desses grupos no mercado de trabalho, em termos de desocupação e ocupações mais precárias. Observamos adicionalmente que ainda que haja a mesma ênfase nesses grupos no universo dos não beneficiários, sua incidência é menor, o que nos permitiria inferir um “efeito seleção”. Uma terceira observação é que dada a sobre-representação desses grupos no universo de pobres, um programa de transferência de renda para os pobres não precisaria focalizar neles para atingi-los preferencialmente. Com os dados da PNAD pretendemos verificar um possível efeito “*framing*” nos dados do Cadastro.

3. Identificação de beneficiários na PNAD

Dada a dificuldade de se obter informações sobre a ocupação e o setor de atividade dos beneficiários do programa Bolsa Família no Cadastro Único, devido, sobretudo, à grande proporção de pessoas que declararam não trabalhar, optou-se por utilizar os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios (PNAD) como alternativa. Nosso interesse, como já mencionado, foi verificar a ocorrência de subdeclaração no Cadastro, notadamente no que se refere a emprego, renda e trabalho infantil. Problemas com a variável “Juros, dividendos e/ou outros rendimentos”, normalmente utilizada para identificar os beneficiários do Bolsa Família na PNAD, que explicamos na seção 3.2. abaixo, nos fizeram optar pelo ano de 2006, visto que neste ano o IBGE fez uma pesquisa suplementar sobre o acesso a transferências de renda de programas sociais, identificando o recebimento de Bolsa Família, BPC, PETI e outros programas. Uma dificuldade que tivemos que superar diz respeito à linha de pobreza usada pelo MDS, que detalhamos na próxima seção, e que nos fez ampliar o valor da linha para 1 salário mínimo.

3.1. Linha de pobreza usada pelo MDS

Em 2006, estavam aptas a se cadastrar junto ao MDS para solicitar o benefício do Programa Bolsa Família as famílias cuja renda domiciliar per capita fosse menor ou igual a R\$120,00. A linha de extrema pobreza usada pelo ministério era de até R\$60,00 per capita, sendo que não seria necessário haver crianças na família para solicitar o benefício, enquanto a linha de pobreza era de R\$60,01 a R\$120,00 per capita para as famílias com crianças entre seus membros.

No entanto, os dados da PNAD de 2006, que possui uma pesquisa suplementar sobre o acesso a transferências de renda de programas sociais, mostram que há famílias beneficiárias com renda domiciliar per capita acima da linha de pobreza do MDS. Cerca de 47% dos beneficiários em idade ativa tinham renda familiar per capita de até R\$120,00 (linha de pobreza) em 2006 (no Cadastro, em contraste, constatamos que a quase totalidade dos beneficiários em idade ativa se concentravam nessa faixa). Além disso, 21,9% destes estavam na faixa subsequente e mais de um quarto das famílias beneficiárias tinham renda familiar entre $\frac{1}{2}$ e 1 SM per capita.

O fato de haver famílias com renda domiciliar per capita acima da linha de corte usada pelo MDS na seleção dos beneficiários do PBF pode ser justificado, como em Soares et alli (2009, pg.18), pela volatilidade da renda de famílias pobres. Segundo os autores, “a renda informada na PNAD refere-se a apenas um mês do ano e não traduz com precisão a condição socioeconômica das famílias”, podendo haver famílias, observadas como não-pobres na pesquisa, muito vulneráveis à pobreza e, portanto, elegíveis ao programa. Outro fator importante é o período de verificação das características socioeconômicas das famílias beneficiárias, que é de dois anos, o que possibilita a permanência no programa, ainda que por um período curto de tempo, de famílias que superaram a condição de pobreza.

Quando estendemos a linha de pobreza para 1 SM, verificamos que esta é a condição de 96,5% dos beneficiários na PNAD. Além disso, o número de beneficiários entre 16 e 65 anos se aproxima mais do encontrado para o total de beneficiários desta faixa etária identificados na PNAD (21 milhões de pessoas – beneficiários entre 16 e 65 anos; 20 milhões – beneficiários com renda domiciliar per capita de até 1 SM e idade entre 16 e 65 anos). Se a linha de corte fosse $\frac{1}{2}$ SM, o número de beneficiários em idade ativa cairia para 14,5 milhões de pessoas. Diante disso, optou-se por expandir a linha de pobreza para 1 SM de renda domiciliar per capita, e não para $\frac{1}{2}$ SM que é a linha de pobreza mais usada por pesquisadores que analisam a distribuição de renda brasileira⁵.

3.2. Variável ‘Juros, dividendos e/ou outros rendimentos’ (V1272)

Outra dificuldade encontrada no uso da PNAD para analisar as características de mercado de trabalho dos beneficiários do programa Bolsa Família foi identificar os beneficiários através da variável V1272, que indica se o entrevistado recebe ou não alguma renda classificada como ‘Juros, dividendos e/ou outros rendimentos’. Esta variável é comumente usada por autores⁶ que analisam o impacto do PBF sobre a pobreza, desigualdade de renda e oferta de trabalho, uma vez que apenas em 2004 e 2006 o IBGE realizou a pesquisa suplementar sobre programas de transferência de renda, que possui uma variável específica para identificar o recebimento de programas como Bolsa Família, PETI e BPC. Para fazer uma análise dos outros anos, a metodologia mais usada é a de identificação do beneficiário através da

⁵ Cf. HOFFMANN e KAGEYAMA (2006).

⁶ Ver por exemplo: BARROS et alli (2007) e FOGUEL e BARROS (2008).

ocorrência de valores típicos⁷ dos programas de transferência de renda na variável V1273 (valor recebido em ‘Juros, dividendos e/ou outros rendimentos’). Entretanto, é possível mostrar que o uso desta variável para identificar os participantes do programa produz uma significativa subestimação destes, o que pode levar a análises tendenciosas do programa.

Os dados do suplemento da PNAD de 2006 revelam que 13,2 milhões de pessoas recebiam juros, dividendos e/ou outros rendimentos (V1272), sendo que 35,0% destes possuíam renda domiciliar per capita de até R\$ 120,00, ou seja, eram pobres ou extremamente pobres de acordo com a linha estabelecida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Mais especificamente, 11,7% dos que recebiam esta renda não trabalho eram extremamente pobres (1,5 milhões de pessoas) e 23,3% eram pobres (3 milhões de pessoas). Por outro lado, do total de pobres e extremamente pobres segundo a linha de pobreza usada pelo MDS (37,5 milhões de pessoas), apenas 12% recebiam juros, dividendos e/ou outros rendimentos, o que se supõe serem transferências governamentais de renda como o Programa Bolsa Família e o BPC. Ou seja, seriam identificadas por meio dessa variável apenas 4,5 milhões de pessoas como beneficiárias de programas de transferência de renda. No entanto, o suplemento da PNAD 2006 identifica 39,1 milhões de pessoas como beneficiárias do Programa Bolsa Família no período, indicando que uma análise realizada com base na variável V1272 levaria a uma significativa subestimação do número de beneficiários do programa: do total de beneficiários apenas 22,2% responderam receber ‘Juros, dividendos e/ou outros rendimentos’.

Quando se estende a linha de pobreza para o patamar de 1 SM de renda domiciliar per capita, como justificado no item anterior, tem-se que, do total de pobres (112,4 milhões de pessoas), 33,2% recebem o benefício enquanto apenas 9,3% afirmam receber Juros, dividendos e/ou outros rendimentos. Ao se considerar apenas os pobres com idade ativa (67,4 milhões), esta diferença se reduz um pouco, pois 29,7% recebem o Bolsa família e 14,2% afirmam receber Juros, dividendos e/ou outros rendimentos. Apesar desta redução, ainda é possível concluir que a variável que identifica o recebimento de Outros rendimentos subestima o número de beneficiários do programa, não sendo aconselhável utilizá-la para identificar tais receptores.

Ainda que a PNAD de 2006 consiga identificar os beneficiários do PBF através da variável V2403, não foi perguntado ao respondente o valor recebido nem identificado qual membro da família recebe tal benefício, o que dificulta analisar o quanto o valor do benefício representa na renda da família. Alguns autores tentam explorar a variável ‘Juros, dividendos e outros rendimentos’ para realizar tal análise, mas, como visto anteriormente, nem todos os beneficiários informam que recebem rendimentos não oriundos do trabalho.

3.3. Mercado de Trabalho

Conforme os dados do Cadastro Único de julho de 2008, o número de beneficiários de 16 a 65 anos do PBF era de 26,6 milhões de pessoas. De acordo com a PNAD, 21 milhões de pessoas com idade entre 16 e 65 anos recebiam o benefício em 2006, o que mostra certa proximidade entre os dados, apesar da diferença de dois anos⁸.

Apesar da aparente congruência entre os dados da PNAD e dos registros administrativos, é necessário ter cautela com as análises feitas a partir desta base de dados, uma vez que a PNAD é uma pesquisa amostral que trabalha com projeção de população independente e possui amostra nucleada. Em relação à projeção de população independente, a população que cada PNAD de uma dada década irá projetar é decidida imediatamente após o Censo Demográfico que abre a década. Segundo Soares et alli (2006, pg.13), “tanto a amostra como os pesos de cada indivíduo amostrado são decididos, possivelmente, [até] nove anos antes de uma dada PNAD ir a campo”. Como consequência, as grandezas extensivas coletadas pela PNAD

⁷ Por exemplo, se o entrevistado respondeu receber ‘Juros, dividendos e/ou outros rendimentos’ e o valor informado na variável V1273 for R\$350,00 (1 SM de 2006), supõe-se que este seja beneficiário do BPC.

⁸ De acordo com a Matriz de Informação Social (MIS), o número de famílias em setembro de 2006 e em julho de 2008 era muito próximo (11.017.689 e 11.013.323, respectivamente). No entanto, a partir de março de 2008 foram incluídos no programa cerca de 1,9 milhões de adolescentes (16 e 17 anos), cujas famílias já recebiam o Bolsa Família. Assim, ainda que o número de famílias não tenha variado significativamente entre os dois anos, o número de beneficiários aumentou. Para mais detalhes: <http://www.fomezero.gov.br/noticias/bolsa-familia-amplia-aco-es-para-11-milhoes-de-familias-em-2008/?searchterm=mds>

tendem a não ser muito confiáveis, porém não gera problemas relativos a variáveis intensivas⁹. Quanto à amostra nucleada, esta é um tipo de amostragem que estima de forma precisa características de uma população espalhada no território, gerando problemas em casos em que a população é concentrada geograficamente. Conforme os autores, “os exemplos clássicos são populações em aldeias indígenas e quilombos”, não sendo possível utilizar a PNAD para fazer inferência sobre tais populações.

Cientes dessas limitações, procederemos a algumas comparações iniciais entre os beneficiários e os não beneficiários, considerando apenas os pobres (renda domiciliar per capita de até 1 SM), para observar quão comparáveis seriam esses grupos. Em primeiro lugar, observamos que as distribuições dos pobres beneficiários e não beneficiários em idade ativa segundo a faixa de rendimento domiciliar per capita são bastante distintas, com os beneficiários se concentrando na faixa até 120 reais (49,5%) e os não beneficiários na faixa entre 120 reais-1SM (79,2%). Chama a atenção, mesmo assim, que 20,8% dos elegíveis não beneficiários não estejam incluídos no programa.

Em relação à escolaridade, nota-se uma maior proporção de beneficiários (72,3%), relativamente aos não beneficiários (55,9%), que possuem menos de 8 anos de estudo. Ademais, a proporção daqueles que conseguiram concluir o Ensino Médio (11 a 14 anos de estudo) é bem maior entre os não beneficiários (21,3%), o que indica uma maior escolarização entre os não cobertos pelo programa Bolsa Família.

Portanto, é importante destacar que, apesar de serem classificados como pobres, devido ao corte de renda realizado, tratam-se de populações não muito homogêneas, seja em termos de distribuição de renda seja em termos de escolarização, sendo necessária cautela com as conclusões retiradas das comparações.

Nas seções que se seguem, serão realizadas análises comparativas entre os pobres beneficiários e os pobres não cobertos pelo programa, segundo características de mercado de trabalho.

3.3.1. Procura por trabalho

A maioria tanto dos pobres beneficiários quanto dos pobres não beneficiários em idade ativa respondeu ter exercido alguma atividade na semana de referência da PNAD, sendo esta proporção superior em quatro pontos percentuais entre os beneficiários. Portanto, entre os pobres em idade ativa, há uma maior participação dos receptores do benefício no mercado de trabalho que dos não atendidos pelo programa.

A tabela 11 mostra se o indivíduo pobre tomou alguma providência para conseguir trabalho. Entre os beneficiários em idade ativa, apenas 14,2% buscaram trabalho, enquanto entre os não beneficiários esta proporção é um pouco maior (16,0%). Assim, pode-se inferir que os não beneficiários tendem a se esforçar um pouco mais para conseguir um novo emprego que aqueles que recebem o benefício, possivelmente pelo fato de não terem uma renda garantida. Porém ambos os grupos apresentam um nível de desalento elevado, o que não pode ser atribuído à transferência de renda.

Tabela 11:

Procura por trabalho	Beneficiários	Não beneficiários
Exerceu alguma atividade na semana de referência	61,9%	57,9%
Tomou alguma providência para conseguir trabalho	14,2%	16,0%

Fonte: PNAD 2006.

Em síntese, os dados revelam que os beneficiários tendem a se inserir mais no mercado de trabalho, comparativamente aos não beneficiários, porém estes últimos tendem a buscar mais trabalho, ainda que a diferença entre as proporções seja pequena.

3.3.2. Contribuição à Previdência e Sindicalização

Quando se analisa a contribuição à Previdência, vê-se que a proporção de contribuintes é muito baixa entre os cadastrados e é maior para os não beneficiários (quase o dobro na comparação com os

⁹ “Em outras palavras, a PNAD não responde tão bem perguntas como: ‘Quantas pessoas estão empregadas?’ ou ‘Quantos domicílios recebem Bolsa-Família?’ Por outro lado, a projeção de população independente não impõe restrições a perguntas relacionadas a grandezas intensivas, ou seja, a perguntas como ‘Qual é o rendimento médio dos ocupados?’ ou ‘Qual é a renda média dos domicílios recipientes do Bolsa-Família?’” (Soares et alli, 2006)

beneficiários), provavelmente pelo tipo de ocupação em que se encontram, como veremos mais adiante. De acordo com a tabela 12, as únicas posições na ocupação em que praticamente a totalidade dos trabalhadores contribui à Previdência são ‘Empregados com carteira’ e ‘Trabalhadores domésticos com carteira’, como é de se esperar. No entanto, destaca-se o fato de pequena parcela dos trabalhadores por conta própria serem contribuintes, o que revela a precariedade da inserção de tais trabalhadores, sendo esta proporção um pouco superior entre os não beneficiários (9,0%) relativamente aos beneficiários do PBF (4,2%). Além disso, entre os empregadores, a proporção de contribuintes é bem maior para os não cobertos pelo programa (31,5%).

Tabela 12: Distribuição dos pobres em idade ativa* segundo Posição na ocupação, Contribuição à Previdência e Recebimento de Bolsa Família

Posição na Ocupação	Beneficiários		Não beneficiários	
	Contribuinte	Não-contribuinte	Contribuinte	Não-contribuinte
Empregado c/ carteira	99,3%	0,7%	99,4%	0,6%
Empregado s/ carteira	7,6%	92,4%	9,2%	90,8%
Doméstico c/ carteira	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Doméstico s/ carteira	1,4%	98,6%	3,2%	96,8%
Trabalhador por conta própria	4,2%	95,8%	9,0%	91,0%
Empregador	10,2%	89,8%	31,5%	68,5%
Trab. na produção p/ próprio consumo	1,2%	98,8%	1,2%	98,8%
Trab. na construção p/ próprio uso	4,3%	95,7%	1,7%	98,3%
Não-remunerado	1,4%	98,6%	3,5%	96,5%
Total	24,0%	76,0%	42,2%	57,8%

* Idade ativa = 16 a 65 anos.

Fonte: PNAD 2006.

Em relação ao nível de sindicalização ocorre o inverso: os pobres em idade ativa que recebem o benefício se associam mais a algum sindicato que os pobres não cobertos pelo PBF. Entretanto, o nível de sindicalização entre os pobres, independentemente de receberem ou não o benefício, é bastante reduzido. A tabela 13 traz o tipo de sindicato a que estes pobres em idade ativa, beneficiários e não beneficiários, se associam. Enquanto grande proporção dos beneficiários associados pertence a sindicatos de trabalhadores rurais (76,0%), a maioria dos não cobertos pelo PBF que são associados pertence a sindicatos de empregados urbanos (55,8%). A maior sindicalização dos beneficiários parece decorrer do maior peso relativo dos trabalhadores rurais nesse grupo¹⁰.

Tabela 13:

Tipo de sindicato	Beneficiários	Não beneficiários
Empregados urbanos	20,9%	55,8%
Trabalhadores rurais	76,0%	38,5%
Trabalhadores autônomos	0,4%	1,1%
Trabalhadores avulsos	0,4%	0,4%
Profissionais liberais	0,1%	0,3%
Outro sindicato	2,1%	3,7%
Sem declaração	0,1%	0,1%
Total	100,0%	100,0%
Era associado a algum sindicato	15,7%	13,3%

Fonte: PNAD 2006.

Conclui-se que a proporção dos que contribuem para a Previdência Social é maior entre os não beneficiários, mas a proporção dos que se associam a algum sindicato é menor entre estes. O tipo de sindicato também é diferente entre os poucos beneficiários e não beneficiários que se associam a algum

¹⁰ Esse movimento pode estar sendo influenciado pelo crédito rural do Pronaf, que financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Pois para ter acesso ao crédito, a família deve procurar o sindicato rural ou a Emater para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Segundo Relatório do Ibase (2006: 28), o fato de o sindicato de trabalhadores rurais ser o responsável pela emissão da DAP torna o Pronaf um “fator de atração dos agricultores familiares para a sindicalização”.

tipo de sindicato. Assim, os beneficiários se concentram em sindicatos de trabalhadores rurais, enquanto a maioria dos não beneficiários pertence a sindicatos de empregados urbanos.

3.3.3. Posição na ocupação e Setor de Atividade

A tabela 14 mostra o setor de atividade dos pobres que conseguiram se inserir no mercado de trabalho. O setor Agrícola é priorizado na seleção de beneficiários do programa (41,2% dos beneficiários em idade ativa), seguido pelo Comércio e reparação (11,7%), Serviço doméstico (10,6%) e Indústria de transformação (10,2%). Já entre os não beneficiários desta faixa etária, a proporção no setor Agrícola, embora isoladamente a maior, é bem menor (21,4%), destacando-se também o setor de Comércio e reparação (17,4%), a Indústria de transformação (13,9%) e o Serviço doméstico (10,7%), revelando maior dispersão entre as ocupações.

Tabela 14: Distribuição dos pobres* em idade ativa, segundo Setor de atividade e Participação no PBF - 2006

Setor de atividade	Beneficiários	Não beneficiários
Agrícola	41,2%	21,4%
Comércio e reparação	11,7%	17,4%
Serviços domésticos	10,6%	10,7%
Indústria de transformação	10,2%	13,9%
Construção	8,5%	8,7%
Outros setores**	17,8%	27,9%
Total	100,0%	100,0%

* Pobre = renda domiciliar per capita de até 1 SM.

**Inclui: Outras atividades industriais, Alojamento e alimentação, Transporte, armazenagem e comunicação, Adm. Pública, Educação, saúde e serviços, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais, Outras atividades.

Fonte: PNAD 2006.

Quanto à posição na ocupação dos pobres com idade entre 16 e 65 anos, tem-se que quase um quarto dos beneficiários do programa Bolsa Família são trabalhadores por conta própria (a esmagadora maioria sem contribuição à previdência), 23,5% são empregados sem carteira, **17,4%** são empregados com registro em carteira, 13,9% são trabalhadores não-remunerados, 8,8% são trabalhadores domésticos sem carteira e 9,4% são trabalhadores na produção para próprio consumo.

Tabela 15: Distribuição dos pobres* em idade ativa, segundo Posição na ocupação e Participação no PBF - 2006

Posição na ocupação	Beneficiários	Não beneficiários
Trabalhador por conta própria	26,0%	22,3%
Contribuinte à Previdência	1,1%	2,0%
Não-contribuinte	24,9%	20,3%
Empregado sem carteira (exclusive doméstico)	24,4%	20,5%
Empregado com carteira	19,2%	34,8%
Trabalhador não-remunerado	10,4%	5,4%
Doméstico sem carteira	9,0%	7,9%
Trabalhador na produção para o próprio consumo	8,4%	4,6%
Outras posições na ocupação**	2,6%	4,5%
Total	100,0%	100,0%

* Pobre = renda domiciliar per capita de até 1 SM.

** Inclui: Militar, Funcionário público estatutário, Doméstico com carteira, Empregador e Trabalhador na construção para o próprio uso.

Fonte: PNAD 2006.

Cabe destacar o fato de, entre as principais posições ocupadas pelos que recebem o benefício, grande proporção de pessoas estar no setor Agrícola¹¹ (41,6% dos trabalhadores por conta própria, 39,5% dos

¹¹ Nos critérios de seleção daqueles que participarão do programa Bolsa Família não há nada explícito quanto à priorização da população que vive no campo. Porém, uma auto-seleção entre os pobres (com viés pró-rural) pode estar ocorrendo uma vez que outros programas estão dirigidos para os pobres rurais desde que inscritos no Cadastro e se beneficiem do Bolsa Família.

empregados sem carteira, 84,2% dos trabalhadores não-remunerados e a totalidade dos trabalhadores na produção para o próprio consumo). Pode-se supor que os trabalhadores não-remunerados, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores por conta própria na agricultura realizam majoritariamente a Agricultura do tipo familiar. Quando se consideram apenas os pobres beneficiários que estão no Setor Agrícola, observa-se que mais de 67% estão nestas três posições na ocupação (tabela 16). Conversamente, apenas 7,8% dos trabalhadores rurais beneficiários são assalariados com carteira assinada.

Tabela 16: Distribuição dos pobres* beneficiários do PBF em idade ativa, segundo Setor de atividade e Posição na ocupação - 2006**

Setor de atividade	Posição na ocupação							Total
	Emprega do c/ carteira	Emprega do s/ carteira	Conta própria	Doméstic o sem carteira	Produção p/ próprio consumo	Não-remuner ado		
Agrícola	16,8%	39,5%	41,6%	0,0%	100,0%	84,2%	41,2%	
Indústria de transformação	21,9%	10,5%	10,6%	0,0%	0,0%	5,4%	10,2%	
Construção	9,1%	11,7%	13,3%	0,0%	0,0%	0,6%	8,5%	
Comércio e reparação	14,9%	13,5%	18,5%	0,0%	0,0%	5,4%	11,7%	
Serviços domésticos	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	10,6%	
Outros setores***	37,3%	24,8%	16,0%	0,0%	0,0%	4,4%	17,8%	
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Agrícola	7,8%	23,4%	26,2%	0,0%	20,4%	21,2%	100,0%	

* Pobre = renda domiciliar per capita de até 1 SM.

** Idade ativa = 16 a 65 anos.

*** Inclui: Outras atividades industriais, Alojamento e alimentação, Transporte, armazenagem e comunicação, Adm. Pública, Educação, saúde e serviços, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais, Outras atividades.

Fonte: PNAD 2006.

Os pobres em idade ativa que não recebem o benefício, por seu turno, estão distribuídos segundo a posição na ocupação da seguinte forma: 34,8% são empregados com carteira (maior concentração), 22,3% são trabalhadores autônomos, 20,5% são empregados sem registro em carteira, 7,9% são trabalhadores domésticos sem carteira, sendo menos significativa a proporção de trabalhadores não-remunerados e trabalhadores na produção para próprio consumo (tabela 15). Pouco menos de 60% estão na informalidade (idem), proporção elevada, mas inferior a observada entre os beneficiários, que se concentravam mais entre os conta própria (sem contribuição).

Tabela 17: Distribuição dos pobres* não beneficiários do PBF em idade ativa, segundo Setor de atividade e Posição na ocupação - 2006**

Setor de atividade	Posição na ocupação							Total
	Empregad o c/ carteira	Empregado s/carteira	Conta própria	Doméstic o sem carteira	Produção p/ próprio consumo	Não-remuner ado		
Agrícola	7,6%	23,2%	24,2%	0,0%	100,0%	67,3%	21,4%	
Indústria de transformação	23,3%	12,5%	12,0%	0,0%	0,0%	6,6%	13,9%	
Construção	5,6%	12,8%	16,6%	0,0%	0,0%	0,8%	8,7%	
Comércio e reparação	19,9%	18,2%	24,8%	0,0%	0,0%	13,9%	17,4%	
Serviços domésticos	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	10,7%	
Outros setores***	43,6%	33,3%	22,4%	0,0%	0,0%	11,4%	27,9%	
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

* Pobre = renda domiciliar per capita de até 1 SM.

** Idade ativa = 16 a 65 anos.

*** Inclui: Outras atividades industriais, Alojamento e alimentação, Transporte, armazenagem e comunicação, Adm. Pública, Educação, saúde e serviços, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais, Outras atividades.

Desse modo, o MDS, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, direciona o microcrédito do Pronaf Grupo "B" para as famílias beneficiárias do PBF e para aquelas inscritas no Cadastro Único, o que pode estimular as famílias que vivem no campo a pleitearem o benefício do Bolsa Família.

Fonte: PNAD 2006.

Destaca-se o fato de haver maior proporção de assalariados com carteira entre os não beneficiários do PBF que entre os beneficiários (tabela 15). A diferença de proporção é de 15,6 pontos percentuais, o que em parte explica o maior nível de contribuição à Previdência entre os que não recebem o benefício (tabela 12). A Indústria de Transformação e o Comércio e reparação são os setores que mais absorvem trabalhadores com carteira entre os não beneficiários em idade ativa (tabela 17).

Portanto, entre os beneficiários destaca-se o setor Agrícola, enquanto os não beneficiários estão mais dispersos pelos setores, destacando-se a Indústria de Transformação e o Comércio e reparação. Quanto à posição na ocupação, embora a informalidade predomine entre os pobres, há maior proporção de trabalhadores formais entre os não beneficiários e menor proporção de trabalhadores não-remunerados e na produção para consumo próprio, relativamente aos cobertos pelo PBF, indicando a menor importância da agricultura familiar.

O Quadro abaixo resume as características de mercado de trabalho de beneficiários e não beneficiários do PBF, encontradas na PNAD:

Quadro 2:

Variáveis	Beneficiários	Não beneficiários
Exerceu alguma atividade na semana	61,9%	57,9%
Buscou trabalho	14,2%	16,0%
Contribuiu à Previdência	24,0%	42,2%
Era associado a sindicato	15,7%	13,3%
Tipo de sindicato	76,0% em sindicatos de trabalhadores rurais	55,8% em sindicatos de empregados urbanos
Sector de atividade	41,2% no setor Agrícola	21,4% no setor Agrícola
Emprego formal*	21,8%	39,6%

* Empregado com carteira, militar, funcionário público estatutário, doméstico com carteira, trabalhador por conta própria com previdência.

Fonte: PNAD 2006.

Os beneficiários aparecem como mais inseridos no mercado de trabalho (e os desempregados ligeiramente menos ativos na busca de emprego), contribuindo menos à Previdência em função de maior informalidade, mais (embora pouco) sindicalizados e em sindicatos rurais e ativos principalmente na agricultura (especialmente familiar), na comparação com o não beneficiário.

3.4. Trabalho infantil

Nos microdados da PNAD há uma separação entre variáveis para crianças de 5 a 9 anos e variáveis para pessoas maiores de 10 anos. Assim, dividiremos a base em duas faixas etárias ('de 5 a 9 anos' e 'de 10 a 15 anos') e analisaremos, para a primeira faixa, a variável V0701 (Exerceu algum trabalho no ano de referência?) e a variável V9001 (Exerceu algum trabalho na semana de referência?) para os maiores de 10 anos, como fizemos anteriormente para as pessoas em idade ativa. A variável 0704 (Exerceu algum trabalho na semana de referência?) para crianças de 5 a 9 anos de idade não será utilizada, como seria de se esperar, uma vez que os resultados não foram satisfatórios, ocorrendo excessiva perda de informações ('missing').

Na tabela 18, notamos que a proporção de crianças que exerceu alguma atividade no período de referência é maior entre os beneficiários do PBF em ambas as faixas etárias consideradas.

Tabela 18: Proporção de crianças* beneficiárias e não-beneficiárias que responderam SIM às variáveis V0701 e V9001 - 2006.

Variáveis	Não		Não	
	Beneficiários 5 a 9 anos	beneficiários 5 a 9 anos	Beneficiários 10 a 15 anos	beneficiários 10 a 15 anos
Exerceu algum trabalho no ano de referência	2,4%	1,0%	-	-
Exerceu algum trabalho na semana de referência	-	-	15,1%	8,6%

* Crianças = 5 a 15 anos.

Fonte: PNAD 2006.

Entre as crianças de 5 a 9 anos, a proporção das que trabalharam no ano de referência era baixa tanto para beneficiários quanto para não beneficiários (2,4% e 1,0%, respectivamente). No entanto, para a faixa etária superior, a proporção de crianças que exerceu alguma atividade na semana de referência é significativa, sendo maior entre as crianças cobertas pelo programa.

Este resultado parece contraditório, uma vez que as famílias que recebem uma transferência de renda condicionada à frequência escolar das crianças tenderiam a ter menor proporção de crianças trabalhando relativamente aos que não recebem tal benefício, visto que o não recebimento poderia aumentar a necessidade do trabalho dos filhos como complemento da renda familiar. Portanto, pode-se pensar na possibilidade de o programa Bolsa Família ainda não ter se constituído em um substituto da renda das crianças pertencentes a famílias mais pobres, ainda mais se considerando a mais baixa renda média dessas famílias (R\$134,73 versus R\$204,06). Em relação à informação sobre trabalho infantil do CadÚnico que como vimos é próxima a zero, fica a forte suspeita de subdeclaração por temor da perda do benefício: o fato, porém, é que se as crianças seguem trabalhando, nem o valor dos benefícios nem as condicionalidades têm sido, para um bom número de famílias, suficientes para deter o trabalho infantil.

Abaixo, um quadro síntese com as características de beneficiários e não beneficiários em idade ativa, em termos de sexo, cor, região, localidade, escolaridade, desemprego e renda, e também com os dados sobre trabalho infantil, com base na PNAD, para posterior comparação com o Cadastro Único:

Quadro 3:

Variáveis	Beneficiários	Não beneficiários
Sexo	52,4% são mulheres	52,1% são mulheres
Idade	26,2% têm entre 20 e 29 anos	28,7% têm entre 20 e 29 anos
Cor	70,4% são negras	57,1% são negras
Escolaridade	72,3% não conseguiram completar o Ensino Fundamental	55,9% não conseguiram completar o Ensino Fundamental
Região	56,1% vivem no NE	39,7% vivem no SE
Localidade	66,1% vivem na cidade	82,0% vivem na cidade
Condição no mercado de trabalho	38,1% não trabalham	42,1% não trabalham
Emprego formal	20,7%	39,6%
Renda familiar per capita média	R\$134,73	R\$204,06
Trabalho infantil (10 a 15 anos)	15,1%	8,6%

Fonte: PNAD 2006.

4. Cadastro Único vs PNAD

A primeira comparação é entre as características gerais dos dois grupos (beneficiários e não beneficiários) segundo o CadÚnico 2008 e a PNAD 2006 (quadros 1 e 3). De um modo geral, os dados parecem consistentes, com algumas e importantes exceções:

- (1) A concentração no Ensino Fundamental incompleto dos não beneficiários é significativamente mais baixa na PNAD do que no Cadastro, uma aparente subdeclaração que não teve o efeito de influenciar a seleção de indivíduos desse grupo, indicando que a escolaridade não seja usada como critério auxiliar na seleção dos beneficiários;
- (2) A proporção de pessoas que declaram não trabalhar, no Cadastro, é bem mais elevada que na PNAD, a diferença é maior entre os beneficiários (mais de 20 pontos) que entre os não beneficiários (cerca de 9 pontos), sugerindo sobredeclaração de desocupação no Cadastro, um “efeito framing” (possivelmente associado a um “efeito seleção”);
- (3) A renda no Cadastro é muito inferior à registrada na PNAD, de novo a diferença é maior entre beneficiários (mais de 5 vezes) que entre não beneficiários (menos de 2 vezes), sugerindo subdeclaração possivelmente associada a um efeito seleção.
- (4) O trabalho infantil também parece muito mais significativo na PNAD do que no Cadastro, sendo a diferença mais importante entre os beneficiários do que entre os não beneficiários, sugerindo igualmente subdeclaração associada a um efeito seleção.

Com relação especificamente às variáveis de mercado de trabalho, as discrepâncias estão assinaladas em negrito nas tabelas abaixo. Antes de comentarmos estas, vale a pena observar as informações que são consistentes quanto ao perfil dos beneficiários em idade ativa:

- (1) Em termos dos desocupados, trata-se na maior parte das vezes de mulheres, com concentração especial entre os jovens e pessoas de cor negra, na maior parte dos casos vivem na zona rural e mais no Nordeste e no Norte que em outras regiões.
- (2) Em termos de ocupação, os beneficiários estão concentrados no trabalho rural: em sua maioria são homens, adultos, com baixa escolaridade, negros, vivem na zona rural, no Nordeste ou no Norte.
- (3) Quando estão empregados em qualquer atividade, os beneficiários são especialmente trabalhadores informais; neste caso, são principalmente adultos e não concluíram o ensino fundamental.

Em termos das discrepâncias observadas, vale notar a intensidade do desemprego (já comentado anteriormente), a maior intensidade do trabalho formal declarada na PNAD (mais de duas vezes) em relação ao declarado no Cadastro e a maior presença de homens entre os informais na PNAD enquanto a presença feminina é dominante nesse grupo no Cadastro.

Quadro 4:

Beneficiários do PBF em idade ativa - 2006						
Mercado de trabalho	Sexo	Idade	Escolaridade	Cor	Localidade	Região
38,1% não trabalham*	73,7% são mulheres	49,4% têm entre 15 a 30 anos	70,5% não concluíram o Ensino Fundamental	70,2% são negros	72,4% vivem na cidade	64,8% vivem no Norte e NE
41,2% são trabalhadores agrícolas**	64,1% são homens	61,9% têm entre 30 e 60 anos	88,4% não concluíram o Ensino Fundamental	72,4% são negros	74,6% vivem no campo	74,6% vivem no Norte e NE
59,4% são empregados informais***	62,7% são homens	61,1% têm entre 30 e 60 anos	76,2% não concluíram o Ensino Fundamental	72,1% são negros	65,0% vivem na cidade	69,2% vivem no Norte e NE
20,7% são empregados formais	68,9% são homens	66,1% têm entre 30 e 60 anos	60,8% não concluíram o Ensino Fundamental	65,8% são negros	81,3% vivem na cidade	47,6% vivem no SE e Sul
Trabalho infantil (5 a 9 anos): 2,4% das crianças trabalharam no período de referência						
Trabalho infantil (10 a 15 anos): 15,1% das crianças trabalharam no período de referência						
Pobres em idade ativa com renda familiar per capita de até R\$120,00: 47,2%						

* Variável 'Exerceu algum trabalho na semana de referência' (V9001=3) cuja resposta foi negativa.

** Trabalhadores do Setor de Atividade 'Agrícola' (V4809=1).

*** Do total de trabalhadores. Empregados sem carteira, inclusive domésticos, e trabalhadores autônomos sem previdência ('Posição na ocupação').

Fonte: PNAD 2006.

Quadro 5:

Beneficiários do PBF em idade ativa - 2008						
Mercado de trabalho	Sexo	Idade	Escolaridade	Cor	Localidade	Região
58,2% não trabalham	62,8% são mulheres	50,1% têm entre 15 a 25 anos	74,8% não concluíram o Ensino Fundamental	70,8% são negros	69,2% vivem na cidade	60,7% vivem no Norte e NE
51,4% são trabalhadores rurais*	62,0% são homens	75,8% têm entre 30 e 60 anos	92,8% não concluíram o Ensino Fundamental	75,2% são negros	72,5% vivem no campo	81,7% vivem no Norte e NE
39,0% são empregados informais**	51,1% são mulheres	78,9% têm entre 30 e 60 anos	76,7% não concluíram o Ensino Fundamental	66,4% são negros	87,6% vivem na cidade	46,5% vivem no SE e Sul
9,3% são empregados formais***	62,3% são homens	83,4% têm entre 30 e 60 anos	72,5% não concluíram o Ensino Fundamental	60,6% são negros	85,2% vivem na cidade	62,9% vivem no SE e Sul
Trabalho infantil (5 a 9 anos): 0,2% das crianças trabalharam no período de referência						
Trabalho infantil (10 a 15 anos): 0,7% das crianças trabalharam no período de referência						
Pobres em idade ativa com renda familiar per capita de até R\$120,00: 99,9%						

* Do total de trabalhadores que afirmaram trabalhar.

** Do total de trabalhadores. Assalariados sem carteira e autônomos sem previdência.

*** Do total de trabalhadores. Assalariados com carteira e autônomos com previdência.

Fonte: Cadastro Único – 31/07/2008.

Com relação aos não beneficiários, com exceção da maior presença de homens entre os informais nas duas bases de dados, as mesmas discrepâncias foram encontradas: quanto à intensidade da desocupação e do emprego formal (no primeiro caso maior, no segundo menor, no Cadastro em relação à PNAD), como a esta altura já era de se esperar.

Quadro 6:

Não beneficiários do PBF em idade ativa - 2006						
Mercado de trabalho	Sexo	Idade	Escolaridade	Cor	Localidade	Região
42,1% não trabalham*	69,7% são mulheres	46,4% têm entre 15 a 30 anos	56,9% não concluíram o Ensino Fundamental	56,5% são negros	85,5% vivem na cidade	53,7% vivem no SE e Sul
21,4% são trabalhadores agrícolas**	68,0% são homens	57,4% têm entre 30 e 60 anos	83,5% não concluíram o Ensino Fundamental	60,9% são negros	70,6% vivem no campo	51,1% vivem no Norte e NE
48,7% são empregados informais***	59,8% são homens	58,3% têm entre 30 e 60 anos	63,2% não concluíram o Ensino Fundamental	61,3% são negros	78,3% vivem na cidade	45,8% SE e Sul e 45,8% Norte e NE
39,6% são empregados formais	64,4% são homens	62,6% têm entre 30 e 60 anos	43,0% não concluíram o Ensino Fundamental	53,3% são negros	89,3% vivem na cidade	63,4% vivem no SE e Sul
Trabalho infantil (5 a 9 anos): 1,0% das crianças trabalharam no período de referência						
Trabalho infantil (10 a 15 anos): 8,6% das crianças trabalharam no período de referência						
Pobres em idade ativa com renda familiar per capita de até R\$120,00: 10,1%						

* Variável 'Exerceu algum trabalho na semana de referência' (V9001=3) cuja resposta foi negativa.

** Do total de trabalhadores. Trabalhadores do Setor de Atividade 'Agricultora' (V4809=1).

*** Do total de trabalhadores. Empregados sem carteira, inclusive domésticos, e trabalhadores autônomos sem previdência ('Posição na ocupação').

Fonte: PNAD 2006.

Quadro 7:

Não beneficiários do PBF em idade ativa - 2008						
Mercado de trabalho	Sexo	Idade	Escolaridade	Cor	Localidade	Região
51,5% não trabalham	63,1% são mulheres	61,7% têm entre 15 a 29 anos	68,2% não concluíram o Ensino Fundamental	62,4% são negros	76,3% vivem na cidade	47,9% vivem no SE e Sul
30,8% são trabalhadores rurais*	66,5% são homens	60,7% têm entre 30 e 60 anos	86,5% não concluíram o Ensino Fundamental	69,0% são negros	69,9% vivem no campo	68,1% vivem no Norte e NE
45,5% são empregados informais**	51,0% são homens	72,9% têm entre 30 e 60 anos	67,5% não concluíram o Ensino Fundamental	58,7% são negros	88,0% vivem na cidade	54,0% vivem no SE e Sul
23,4% são empregados formais***	58,2% são homens	75,6% têm entre 30 e 60 anos	61,3% não concluíram o Ensino Fundamental	51,1% são negros	88,9% vivem na cidade	71,9% vivem no SE e Sul
Trabalho infantil (5 a 9 anos): 0,4% das crianças trabalharam no período de referência						
Trabalho infantil (10 a 15 anos): 1,2% das crianças trabalharam no período de referência						
Pobres em idade ativa com renda familiar per capita de até R\$120,00: 86,5%						

* Do total de trabalhadores que afirmaram trabalhar.

** Do total de trabalhadores. Assalariados sem carteira e autônomos sem previdência.

*** Do total de trabalhadores. Assalariados com carteira e autônomos com previdência.

Fonte: Cadastro Único – 31/07/2008.

5. Conclusões

O exercício realizado neste trabalho mostra dificuldades e oportunidades metodológicas para analisarmos impactos do PBF sobre o mercado de trabalho. Entre as dificuldades, as limitações das informações contidas no CadÚnico e nas PNADs quando se utiliza a variável “Juros, dividendos e outros rendimentos” para se identificar os beneficiários. Contudo, a utilização do suplemento da PNAD de 2006 permite analisar criticamente as informações do Cadastro, identificando consistências e discrepâncias.

Informações sobre características adscritivas dos beneficiários em idade ativa são, em geral, consistentes, porém informações que mais diretamente revelam a condição socioeconômica, especialmente referentes a renda e mercado de trabalho (e em alguma medida também a escolaridade), mostram importantes discrepâncias sugerindo vieses esperados (subdeclaração ou superdeclaração) em registros administrativos que selecionam pessoas para acesso a programas de renda apenas se são pobres. A PNAD atesta a correta focalização do programa em termos da maior vulnerabilidade dos beneficiários em relação aos não beneficiários, embora a intensidade dessa correção esteja aquém do revelado pelo Cadastro, causando apreensão a subcobertura especialmente dos muitos pobres. Além disso, a PNAD fornece informações de melhor qualidade sobre o perfil dos beneficiários e não beneficiários no mercado de trabalho. O Cadastro, muito embora com as possíveis distorções identificadas, nos revela algo sobre os

critérios de seleção, que têm priorizado as rendas mais baixas, os desempregados, os informais e os trabalhadores agrícolas (especialmente da agricultura familiar).

Não foi possível, com as bases utilizadas, apurar efeitos do programa sobre o mercado de trabalho. Na melhor hipótese a mais precária situação no mercado de trabalho de beneficiários vis a vis os não beneficiários explicaria a seleção dos primeiros; na hipótese menos otimista, essa situação seria uma consequência do programa (armadilhas do desemprego, da pobreza e da informalidade); em uma posição intermediária estaria a hipótese de subdeclaração (contudo mesmo havendo, a situação precária de beneficiários continua evidente na PNAD). Conseguimos evidências para esta última, mas não pudemos descartar nenhuma das anteriores.

6. Referências Bibliográficas

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. *O Papel das Transferências Públicas na Queda Recente da Desigualdade de Renda Brasileira*. IN: Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Org.: Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssa. – Brasília : Ipea, 2007. Volume 2.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm> . Acesso em: 15/06/2010.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 outubro 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art208i. Acesso em: 15/06/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Manual de Preenchimento de Formulários* – V 6.0.4 da CEF. Brasília, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família: Programas complementares (PRONAF “B”)*. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/programas_complementares/programas_complementares/detalhes-programas-federais/programa-nacional-da-agricultura-familiar-pronaf. Acesso em: 22/05/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família: Critérios de seleção*. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/criterios-de-selecao . Acesso em: 22/05/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família: Cadastro Único*. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastro_unico/o-que-e-1. Acesso em: 23/05/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Matriz de informação social Versão 2006 1.5*. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mi2007/home/index.php>. Acesso em: 20/06/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). *Microdados do Cadastro Único 31/07/2008*.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. *Crédito rural do PRONAF*. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf> . Acesso em: 22/06/2010.

_____. Presidência da República. *Fome Zero: Bolsa Família amplia ações para 11 milhões de famílias em 2008*. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/noticias/bolsa-familia-amplia-acoes-para-11-milhoes-de-familias-em-2008/?searchterm=mds>. Acesso em: 22/06/2010.

FOGUEL, M. N.; BARROS, R. P. *The Effects of Conditional Cash Transfer Programmes on Adult Labour Supply: An Empirical Analysis Using a Time-Series-Cross-Section Sample of Brazilian Municipalities*. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211655420-.pdf>. Acesso em: 20/05/2010.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. *Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1, (26), janeiro – junho de 2006.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). *Relatório PRONAF: Resultados da Etapa Paraná*. Outubro, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2006.

SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G. *Programas de Transferência de Renda no Brasil: Impactos sobre a Desigualdade*. Texto para Discussão 1228. IPEA, Brasília, outubro de 2006.

SOARES, S.; RIBAS, R. P.; SOARES, F. V. *Focalização e cobertura do programa Bolsa-família: qual o significado dos 11 milhões de famílias?* Texto para Discussão 1396. IPEA, Rio de Janeiro, março de 2009.